

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.573 - SP (2018/0271063-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : JOSE PEREIRA LIMA NETTO
AGRAVANTE : HELOISA PEREIRA LIMA REHDER
AGRAVANTE : MARCIO PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : MARIA SILVIA PEREIRA LIMA CUNALI
AGRAVANTE : MARILIA PEREIRA LIMA PUCCIARELLI
AGRAVANTE : ANA MARIA PEREIRA LIMA NAHAS
AGRAVANTE : DIOGO PEREIRA LIMA REHDER
AGRAVANTE : ANA LUISA PEREIRA LIMA REHDER
AGRAVANTE : JOSE RICARDO CARVALHO LIMA REHDER
AGRAVANTE : MARIA EUGENIA ROXO NOBRE PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : LUIS ROXO NOBRE PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : ISABEL ROXO NOBRE PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : MARCIO MAURICIO NAHAS
AGRAVANTE : AMERICO PEREIRA LIMA
ADVOGADOS : CAROLINA RAFAELLA FERREIRA E OUTRO(S) - SP198133
JULIANA DIAS MORAES GOMES - SP195778
PAULO MOISES WINCK - SP221091
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : DULCE RIBEIRO PEREIRA LIMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O FUNDAMENTO DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. A decisão ora agravada conheceu Recurso Especial interposto pelo ora agravado e deu-lhe provimento, ao fundamento de que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não se emprega norma ambiental superveniente de cunho material aos processos em curso, seja para proteger o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, seja para evitar a redução do patamar de proteção de ecossistemas frágeis sem as necessárias compensações ambientais" (STJ, AgInt no AREsp 826.869/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/12/2016).

III. O Agravo interno, porém, não impugna, especificamente, o fundamento da decisão agravada, pelo que constituem óbices ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte e o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015. Nesse sentido: STJ, AgInt nos EAREsp

Superior Tribunal de Justiça

608.466/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/04/2018; AgInt no AREsp 872.839/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/05/2018; AgInt no REsp 1.661.733/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2017; AgInt no AREsp 860.148/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/05/2016; AgRg no AgRg no AREsp 731.339/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 06/05/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/05/2016.

IV. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora